

Relatório de Atividades

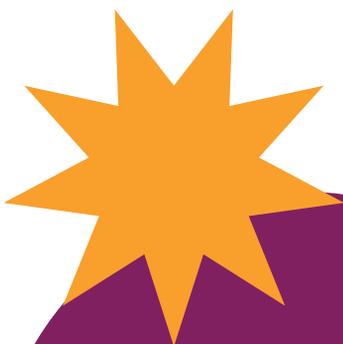
**Advocacy colaborativo:
um chamado à ação!**



Coalizão Brasileira
pelo Fim da Violência
contra Crianças e Adolescentes

22

23



Agenda 227

Desde 2022, a Coalizão Brasileira é parte do **Grupo de Coordenação e Articulação do Movimento Agenda 227**, uma iniciativa apartidária da sociedade civil que se propõe a garantir que crianças e adolescentes estejam no centro da construção de **um Brasil mais justo, próspero, inclusivo e sustentável para todas as pessoas**, a partir da concretização da prioridade absoluta garantida à população de 0 a 18 anos pelo artigo 227 da Constituição Federal. A Agenda 227 conta com 461 organizações signatárias e mais de 150 participaram da construção de propostas de políticas públicas abarcando 22 áreas temáticas. Um dos resultados foi o “Plano País para a Infância e a Adolescência”, apresentado a todas as candidaturas à Presidência da República nas eleições de 2022.

Pacto Nacional Primeira Infância

Em 2023, a Coalizão se tornou signatária do Pacto Nacional pela Primeira Infância, **uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reúne instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil para promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância**. Assim, fortalece políticas públicas voltadas à faixa etária dos 0 aos 6 anos, garantindo direitos e melhorando as condições para o desenvolvimento humano integral, com crescimento saudável e seguro das crianças. O Pacto Nacional **engloba ações de proteção e promoção dos direitos da criança, capacitação de operadores do direito, intercâmbio de conhecimentos sobre a rede de proteção à primeira infância, desenvolvimento de pesquisas e estudos, além de seleção e do compartilhamento de boas práticas**.

Índice



Clique nos números para acessar cada página

02	Apresentação Crianças e adolescentes no centro de tudo
04	A Coalizão Entenda um pouco da nossa atuação
06	Membros Quem integra nossa rede e financia a Coalizão
12	Números O contexto brasileiro e as nossas ações
16	Linha do tempo Os principais acontecimentos desde o início
18	Advocacy Estratégias para mobilização e engajamento
22	Mobilização Atuação em rede, parcerias, campanhas e eventos
34	Atuação no Congresso Discussões para a promoção de direitos
40	Incidência política Ações para fortalecer políticas públicas
44	Na mídia Nossa atuação em números na imprensa
45	Investimentos Os detalhes da nossa prestação de contas
46	Compromisso A visão do que queremos no futuro

APRESENTAÇÃO



Crianças e adolescentes no centro de tudo

A violência contra crianças e adolescentes pode ser prevenida e deve ser enfrentada por todos os setores da sociedade com a seriedade que o fenômeno exige. Este não é um problema social trivial. Apesar do que se conhece sobre prevalência em termos globais, as políticas públicas e regulatórias para essa questão permanecem subestimadas, pouco informadas por dados e evidências, subfinanciadas, monitoradas precariamente e pouco avaliadas.

Cada vez que a violência atinge o corpo de uma criança ou adolescente, o projeto civilizatório e a concepção de desenvolvimento sofrem um novo fracasso. Enquanto isso, o caráter endêmico da violência, a correlação multifatorial, os mecanismos intergeracionais de reprodução e as variáveis que impactam na prevalência continuam sendo compo-

nentes pouco considerados nas escassas e pouco avaliadas políticas públicas e iniciativas de outros setores da sociedade. **Não levar isso a sério constitui, por si só, uma violência coletiva contra nosso presente e futuro.**

As evidências do pacote técnico da Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes atestam que as violências não devem ser enfrentadas isoladamente, mas em um sistema combinado de estratégias que considera a complexa interação entre os diversos tipos de violência – como física, psicológica, sexual, institucional, trabalho infantil, negligência, abandono e tráfico de crianças e adolescentes. Com essa visão orientada pela ciência e um compromisso ético de induzir políticas públicas e regulatórias baseadas em evidências e no acúmulo empírico das 77 organizações

membros, celebramos as contribuições dadas ao Brasil pela Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes no biênio 2022-2023.

Este relatório destaca nosso modo de fazer advocacy, compartilhando saberes e recursos em rede, de forma articulada, coordenada e orientada para o alcance de objetivos e metas pactuados, **e demonstra nosso compromisso em construir uma incidência participativa e transparente de forma coletiva.** Para a Coalizão Brasileira, a forma de incidir em políticas públicas importa. Por isso, nos últimos dois anos, implementamos processos de comunicação interna e gestão do conhecimento para qualificar nossa atuação e ampliar o engajamento das organizações membros. Fortalecemos o campo dos direitos da criança e do adolescente com publicações, pesquisas e eventos, realizamos e apoiamos campanhas para comunicar nossa causa, estabelecemos parcerias com os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de outras coalizões, redes e movimentos de direitos da criança e do adolescente, e atuamos de forma diligente na legislação orçamentária.

Em constante aprendizagem e atenta às melhores práticas de relações governamentais e institucionais, **a Coalizão se consolida em seu sétimo ano de existência como uma rede articulada, coordenada e em diálogo e cooperação com os demais setores da sociedade brasileira.** Agradecemos a cada entidade, coletivo, rede, movimento e projeto que integra nossa Coalizão. Apresentamos neste relatório, as atividades desenvolvidas coletivamente com aderência estratégica, compromisso institucional e seriedade. Espero que aprecie o trabalho feito até aqui.

Boa leitura!

Lucas José Ramos Lopes
Secretário Executivo



QUEM SOMOS

A Coalizão Brasileira

A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes é uma articulação nacional da sociedade civil, suprapartidária, laica e independente, formada por **77 entidades, universidades, coletivos, movimentos e redes que atuam em território nacional com ênfase na prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes.**

A Coalizão foi formada em 2017, quando articulou a adesão do governo brasileiro à Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes (*Global Partnership to End Violence Against Children*), iniciativa lançada pela Organização das Nações Unidas em 2016, voltada à promoção de ações direcionadas ao alcance da **meta 16.2 dos Objetivos de Desenvolvimento**

Sustentável (ODS): acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

No início de 2018, como resultado da mobilização da Coalizão Brasileira e do envio de uma carta manifesto ao governo federal, o Brasil aderiu à Parceria Global, tornando-se um país pioneiro (*Pathfinding Country*), um compromisso renovado em 2023 pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

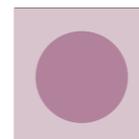


Leia o manifesto da Coalizão Brasileira e conheça nossas propostas.



Missão

Potencializar a prevenção e a resposta a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes no Brasil



Visão

Ser referência nacional na indução de políticas públicas baseadas em evidências para prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes



Valores

- Colaboração
- Diversidade
- Integridade
- Transparência

A estratégia INSPIRE

A INSPIRE é um grupo de sete estratégias baseadas em evidências para ajudar os países e as comunidades – incluindo governos, sociedade civil e iniciativa privada –, a concentrarem esforços em programas e serviços de prevenção com maior potencial para a redução da violência contra crianças e adolescentes. As sete estratégias formam a palavra INSPIRE:

Implementação e vigilância do cumprimento das leis



Normas e valores



Segurança do ambiente



País, mães e cuidadores recebem apoio



Incremento de renda e fortalecimento econômico



Respostas de serviços de atenção e apoio



Educação e habilidades para a vida



Fonte: Organização Mundial da Saúde 2016



MEMBROS

Conheça quem faz parte da nossa rede

A Coalizão Brasileira é formada por 77 entidades, universidades, coletivos, movimentos e redes que atuam em território nacional.



4daddy – Leandro Crespo Ziotto



Associação Civil de Articulação para a Cidadania (ACARI) – Ilze Braga de Carvalho Nobre



Aldeias Infantis SOS Brasil – Sergio Marques



ANDI – Comunicação e Direitos – Miriam Pragita



Associação Beneficente Santa Fé – Marcia Ventura Dias



Associação Fênix – Sabrina Santos Castro



Associação Iniciativa Cultural – Passos da Criança – Cristiane Faria Honório



Avante – Educação e Mobilização Social – Deborah Kotek Selistre | Ivanna Paula Castro Oliveira



Católicas pelo Direito de Decidir – Denise Mascarenha



Centro de Estudos Integrados, Infância, Adolescência e Saúde (CEIIAS) – Evelyn Eisenstein



Centro Marista de Defesa da Infância – Cecília Landarin Heleno | Bárbara Pimpão



ChildFund Brasil – Águeda Barreto



Cidade Escola Aprendiz – Roberta Machado Tasselli



Círculo Operário Leopoldense (COL) – Odete Zanchet



Coletivo Mães na Luta – Luz Cerroti | Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira



Conselho Federal de Psicologia – Ana Luiza de Souza Castro



Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi/PUC-Rio) – Irene Rizzini | Caroline Araujo | Carolina Terra



Educação Protegida – Katia Mello Dantas



Eu Me Protejo – Patricia Almeida | Paula Ayub | Gisele Fontes



Ficar de Bem – Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD – Melissa E. M. Terron | Lígia Vezzero Caravieri



Fórum Brasileiro de Segurança Pública – Samira Bueno



Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente – Victor Alcântara da Graça | Victor Binoto



Fundação Amazônia Sustentável (FAS) – Francisco Ademar da Silva Cruz



Fundação FEAC – Natalia Cristina Valente



Fundação José Luiz Egidio Setúbal – Márcia Kalvon Woods | Amanda Gregorio dos Santos



Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal – Karina Fasson | Verônica Teixeira Glória



Fundação Roberto Marinho / Canal Futura – Priscila Pereira



Futuro Brilhante – Diego Alex de Matos Martins



Grupo Violes – Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes – Universidade de Brasília (UnB) – Maria Lucia Pinto Leal



Instituto Alana – Ana Claudia Cifali | Mariana Albuquerque Zan



Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos – Michele Bravos



Instituto Cactus – Bruno Ziller



Instituto Carolotas – Fabiana Gutierrez | Gabriela Treteski



Instituto WCF Brasil – Childhood Brasil – Eva Cristina Dengler | Itamar Gonçalves



Kindernothilfe – KNH Brasil – Christiane Rezende



Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Violência e Saúde (LIEVES) – Letícia Araújo



Instituto Como Contar – Cybele Ozório



Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente Santo Antônio (IACAS) – Amanda Ferreira



Instituto Galo da Manhã – Bárbara Correia | Rafael Poço



Luta Pela Paz – Ranni Soares



Memórias Masculinas – Denis Gonçalves Ferreira



Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescentes (NECA) – Dayse C. F. Bernardi | José Carlos Bimbatte Junior



Instituto GENi – Flávia Defacio



Instituto Geração Amanhã – Sandra Sobral



Instituto Jô Clemente – Deisiana Campos Paes | João Victor Salge



Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) – Renan Theodoro de Oliveira



Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (Nepia-UEPG) – Cleide Lavoratti



Núcleo Lux Mundi – Eliane De Carli



Instituto da Infância (IFAN) – Luzia Torres Gerosa Laffite



Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA) – Benedito Rodrigues dos Santos



Instituto Fazendo História – Debora de Carvalho Vigevani



Não me Toca, seu Boboca! – literatura e proteção – Andrea Viviana Taubman



Observatório de Educação em Direitos Humanos e Justiça Restaurativa nas Escolas – Cezar Bueno de Lima



Ocupa Mãe – Carolina Borges



Instituto Liberta – Cristina Cordeiro | Luciana Temer | Renata Greco



Instituto Pe. Vilson Groh (IVG) – Kelly Sousa



Instituto Rede Abrigo – Douglas Lopes



Organização de Direitos Humanos Projeto Legal – Monica Alkmim



ONG Minha Criança Trans – Thamirys Nunes



Palhaços Sem Juízo – Intervenções artísticas em ambientes do Judiciário – Soraya Saide



Instituto Repartir – Luciana Alvarez Pedroso



Instituto Sou da Paz – Danielle Tsuchida Bendazzoli



Instituto Tecendo Infâncias – Adriane Menna Barreto



Plan International Brasil –
Flavio Debiqne



Projeto Bem Me Quer –
Anna Luiza Calixto



SaferNet Brasil –
Thiago Tavares



Think Twice Brasil –
Gabriele Costa Bento Garcia



Visão Mundial –
Reginaldo Pereira da Silva



**Programa de Investigação
Epidemiológica em Violência
Familiar (Instituto de Medicina
Social/UERJ) –** Claudia Leite
de Moraes



**Rede Nacional
Primeira Infância –**
Solidade Menezes



**Serenas – Garantia de Direitos
para Meninas e Mulheres –**
Amanda Sadalla | Bruna Latrofe



**União dos Escoteiros
do Brasil –** Carlos Frederico
dos Santos



Vital Strategies Brasil –
Sofia Reinach



**Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universida-
de Federal do Amazonas**
Márcio de Oliveira



Rede Não Bata, Eduque –
Marcia Oliveira



Save the Children –
Karina Gomes



**União Marista do Brasil (UM-
BRASIL) –** Francine Junqueira

FINANCIADORES

Quem financia a Coalizão

2022



**Fundação José Luiz
Egydio Setúbal**



Instituto Alana



Instituto Liberta



**Instituto WCF Brasil
(Childhood Brasil)**

2023



Fundação FEAC



**Fundação José Luiz
Egydio Setúbal**



Instituto Alana



Instituto Galo da Manhã



Instituto Liberta



**Instituto WCF Brasil
(Childhood Brasil)**

Nosso trabalho de advocacy é totalmente financiado por fundações, institutos e organizações que acreditam no fortalecimento das ações conjuntas para assegurar os direitos e os interesses de crianças e adolescentes. A Coalizão não recebe verbas públicas.



CONTEXTO

O raio x da violência

O ano de 2023 foi ainda mais violento para crianças e adolescentes. A maioria dos crimes acontece dentro de casa e é perpetrada pela própria família.

O aumento da violência de 2022 para 2023

- 42,6%** — pornografia infanto-juvenil
- 34,0%** — abandono material
- 30,3%** — maus-tratos
- 28,4%** — subtração de crianças e adolescentes
- 24,1%** — exploração sexual de crianças e adolescentes
- 22,0%** — abandono de incapaz
- 12,1%** — estupro (de 0 a 17 anos)

Maus-tratos na infância e adolescência

Faixa etária das vítimas (2023)



Lesões corporais na adolescência

Taxa por 100 mil habitantes

- 16,5** — 0 a 4 anos
- 19,2** — 5 a 9 anos
- 34,5** — 10 a 13 anos
- 90,8** — 14 a 17 anos
- 168,5** — 18 e 19 anos

29.469

vítimas

↑ **30,3%** de aumento

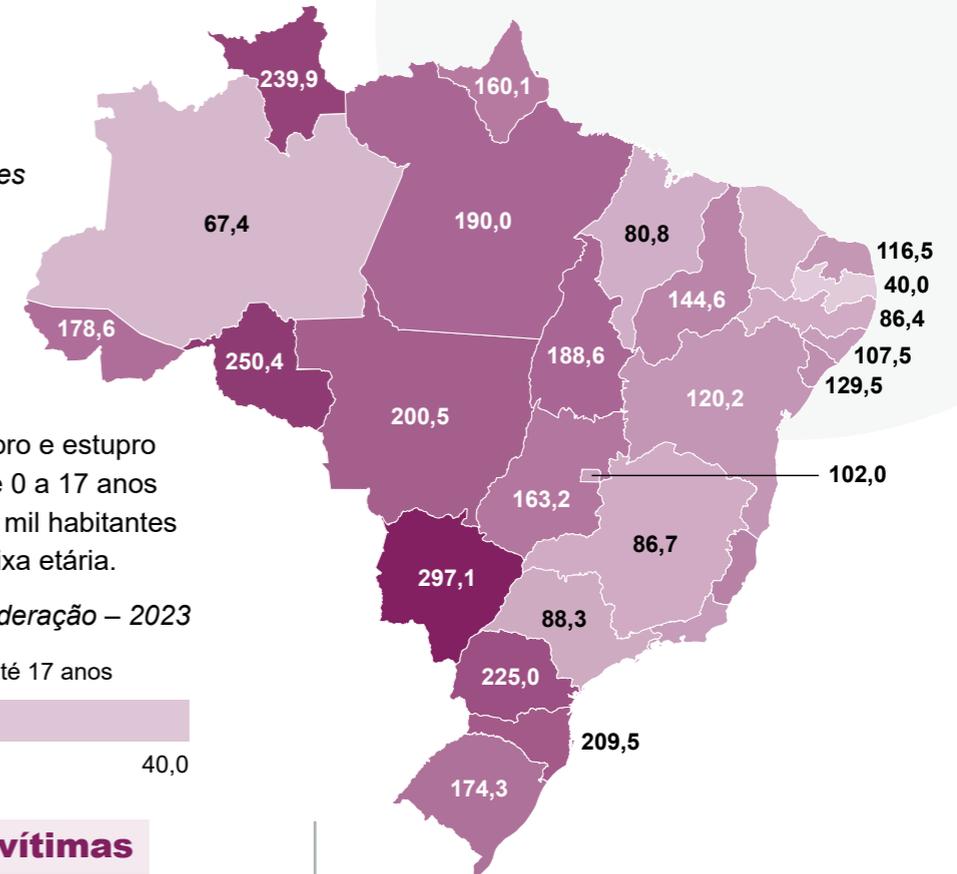
+ **90%** dos crimes de maus-tratos são cometidos pela própria família dentro de casa

Crimes sexuais

1.255 casos de exploração sexual de crianças e adolescentes registrados em 2023.

Estupros

Taxa por 100 mil habitantes



Vítimas de estupro e estupro de vulnerável de 0 a 17 anos – Taxas por 100 mil habitantes na respectiva faixa etária.

Unidades da Federação – 2023

Taxas de estupro até 17 anos



Perfil das vítimas

61,6%

 até 13 anos

- 11,1%** — 0 a 4 anos
- 18%** — 5 a 9 anos
- 32,5%** — 10 a 13 anos



64,7%

dos estupros de vulneráveis ocorrem dentro de casa

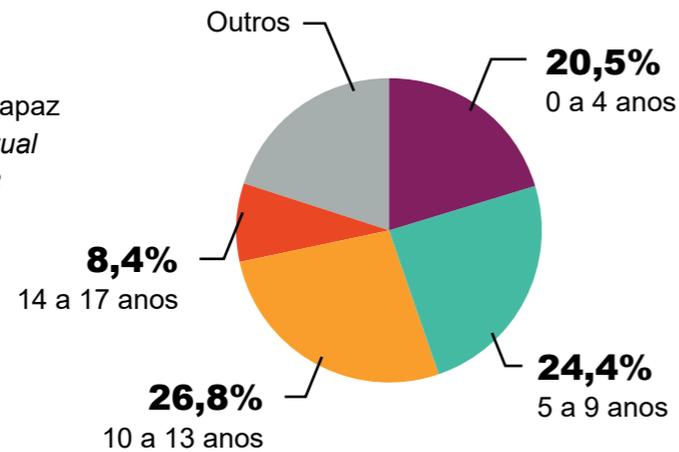
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024



Negligência



Abandono de incapaz
Variação percentual
Brasil 2022-2023



Agressores de vítimas de até 13 anos

64% familiar

22,4% conhecidos

Mortes violentas intencionais

(Brasil, 2023)

263 crianças

2.036 adolescentes

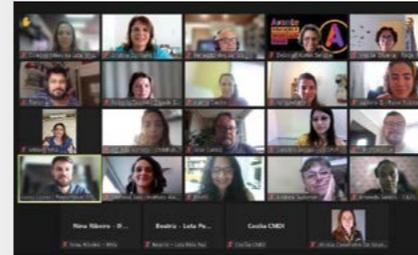
A intervenção policial é a causa de cerca de 1 a cada 7 mortes violentas intencionais de adolescentes no país

692 crianças e adolescentes foram mortos em decorrência de intervenções policiais.

70,3% das **crianças** vítimas de mortes violentas intencionais são negras.

85,4% Entre **adolescentes**, a proporção de negros é maior.

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024



77
ORGANIZAÇÕES

5 regiões do país

Somos 77 organizações, fóruns, comitês e redes da sociedade civil articuladas na Coalizão, atuando de forma suprapartidária e laica no advocacy colaborativo para pôr fim à violência contra crianças e adolescentes no Brasil.

2 times de trabalho

Para alcançar nosso objetivo, tivemos dois times mobilizados simultaneamente: Comunicação de Causa e Mobilização Social, e Orçamento Público e Prevenção.

52 horas de agendas estratégicas

Tivemos agendas presenciais, híbridas e/ou remotas com tomadores de decisão dos poderes Executivo e Legislativo federal, influenciadores, incluindo assessorias parlamentares e executivas.

71 horas de articulação

Dedicamos esse tempo para manter a Coalizão articulada, assegurar que os stakeholders estivessem informados, identificar parceiros-chave e alinhar pautas e agendas estratégicas.

A Coalizão em números



HISTÓRIA

Linha do tempo

A Coalizão trabalha para fortalecer sua atuação nacional e levar o advocacy cada vez mais longe. Conheça mais sobre a trajetória que estamos construindo para prevenir e enfrentar as violências.

Assista ao nosso vídeo institucional



2017

Um chamado à ação

Organizações da sociedade civil articulam a adesão do governo brasileiro à Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças – *The Global Partnership to End Violence Against Children*.

2018

A construção do compromisso

O governo brasileiro adere à Parceria e se torna um País Pioneiro (*Pathfinding Country*).

2019

Políticas com base em evidências

Início da jornada de disseminação do pacote INSPIRE, que busca inspirar e reunir ideias de ações que os países podem adotar para prevenir e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes. Ao todo são sete estratégias que visam contribuir para o alcance de metas específicas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2020

Somos Coalizão

O movimento cresce e, com o apoio institucional, estrutura uma secretaria executiva e inicia atividades de advocacy.

2021

Incidência estratégica

A Teoria de Mudança define as grandes linhas de atuação da Coalizão para os próximos anos.

2022

Advocacy é nosso DNA

A revisão da governança e a estruturação de processos de incidência na legislação orçamentária e no planejamento público posicionam a articulação como uma coalizão de advocacy.

2023

As chaves da mudança

O Brasil renova seu compromisso com a Parceria Global. A Coalizão amplia sua atuação no Congresso Nacional, em um novo ciclo de advocacy.



ADVOCACY

Nossas ações de advocacy



Por meio de **estratégias de advocacy**, a Coalizão atua para mobilizar e engajar tomadores de decisão e influenciadores. O foco está na construção de uma agenda política pela ampliação e qualificação do orçamento público destinado a políticas e programas de prevenção às violências, fortalecimento do controle social e monitoramento da capacidade institucional do Estado em formular, implementar e avaliar políticas públicas que ampliam medidas de proteção e reduzem fatores de risco.

No biênio 2022-2023, o **objetivo que orientou nossas ações na Coalizão** foi:



Incidir na formulação da legislação orçamentária da União (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) para ampliação da destinação e execução orçamentária em intervenções de prevenção baseadas em evidências científicas e no pacote técnico INSPIRE da Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes”.

“Em pouco tempo, a Coalizão se tornou muito relevante no cenário de prevenção e enfrentamento às violências no Brasil. Tem sido um espaço de troca, aprendizado e advocacy importante. Nosso trabalho diário nas comunidades, no Nordeste e nas periferias de São Paulo, ganha muito com tudo que aprendemos na Coalizão.”



Flavio Debique, **Plan International Brasil**



“Quando começamos a sonhar uma ‘Coalizão’, não tínhamos ideia do potencial desse movimento na criação de propostas de políticas públicas para prevenir e responder às violências contra crianças e adolescentes. A Coalizão Brasileira é uma referência nacional e internacional da força do advocacy da sociedade civil organizada, da qual nos orgulhamos muito de ser parte, fomentar e fortalecer.”

Laís Peretto, Eva Dengler e Itamar Gonçalves, **Instituto WCF Brasil (Childhood Brasil)**



“Acreditamos no advocacy no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes para sensibilizar a sociedade e governantes sobre a gravidade do problema e a urgência de medidas para combatê-lo. Garante a criação de políticas públicas de proteção e apoio para crianças que sofreram violência e combate a cultura do silêncio e da impunidade.”

Renata Greco, Luciana Temer e Cristina Cordeiro, **Instituto Liberta**



“A Coalizão é um marco importante na proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil pela ampla rede de organizações que conseguiu mobilizar e pela obsessão em trabalhar a partir de evidências para alcançar sua causa.”

Welinton Pereira, **Visão Mundial**



“Fazer parte da Coalizão me permite ampliar o alcance dos meus projetos e conhecer iniciativas do país todo. A diversidade de visões, metodologias e abordagens dos outros projetos aumentam a produtividade e assertividade de minhas propostas, gerando assim projetos mais amadurecidos e eficientes no enfrentamento à violência contra crianças.”

Carolina Borges, **Ocupa Mãe**



“A Coalizão é um espaço significativo por fortalecer a atuação articulada nos temas que norteiam nosso trabalho: enfrentamento às violências e a importância de vincular o orçamento público ao debate sobre proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes. Seguimos juntos, com meninos e meninas.”

Cecília Landarin Heleno,
Centro Marista de Defesa da Infância



“Acreditamos na importância singular do advocacy para promover de forma incisiva os direitos da criança e do adolescente no Brasil. Firmes em nossa convicção, reconhecemos o poder transformador das coalizões, capazes de impulsionar mudanças significativas e construir um futuro mais justo e equitativo.”

Márcia Dias, **Associação Santa Fé**



“Ser membro da Coalizão é fundamental para promover e garantir os direitos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade. Além do advocacy comprometido, a Coalizão possibilita o diálogo qualificado entre organizações, diferentes setores e o poder público por uma sociedade mais justa, igualitária e sensível.”

Mariana Albuquerque Zan, **Instituto Alana**



“A Coalizão promove um diálogo construtivo entre instituições diversas e com uma mesma causa, fortalecendo essa rede pela proteção da infância na sociedade civil. Essa colaboração mútua nos permite conhecer melhor o problema da violência contra crianças e atuar de maneira mais assertiva e integrada nos movimentos sociais maternos.”

Elisa Tauáçuré da Silva Ferreira,
Mães na Luta



“Fazer parte deste grupo é acreditar na potência do coletivo, da união que faz a diferença e projetar mais vozes pelos direitos de crianças e adolescentes. Participar da Coalizão nos fortalece para propor estratégias e diálogos com a comunidade por mudanças planejadas, potencializando o engajamento dos atores envolvidos.”

Deborah Kotek Selistre e Ivanna Paula Castro Oliveira, **Avante Educação e Mobilização Social**



“É impressionante ver como a Coalizão cresceu rápido! Hoje, é uma organização com um espaço interno democrático de debate, ampla representação de organizações, que demonstra sua forte capacidade de articulação e incidência no campo, promovendo resultados inovadores e importantes para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil.”

Sofia Reinach, **Vital Strategies**



“Fazer parte da Coalizão tem sido uma experiência muito positiva de aprendizados, interlocução e oportunidades de atuação coordenada e em conjunto.”

Diego Martins, **Futuro Brilhante**



MOBILIZAÇÃO

Articulação em rede para mobilizar a sociedade

Entre 2022 e 2023, a Coalizão Brasileira liderou e apoiou uma série de articulações e mobilizações da sociedade civil para elaborar posicionamentos que foram comunicados por meio de pareceres técnicos, cartas e notas públicas. Em comum, os documentos refletem os esforços da Coalizão para a defesa de direitos de crianças e adolescentes.



Julho/2022 Relatório Luz

Desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, o Relatório Luz analisa a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e aponta o que ainda precisa ser feito para que o país consiga cumprir o compromisso firmado com a Organização das Nações Unidas (ONU) para alcançar as metas globais até 2030. No contexto da pandemia de Covid-19, o Relatório Luz apontou retrocessos como o aumento da pobreza e da fome, além da piora na qualidade de vida no país, que também observou um aumento das desigualdades sociais.



Julho/2022 Enfrentamento da violência

A Coalizão articulou a análise técnica do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes com o apoio do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte (CEDECA/RN) – Casa Renascer, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensões no campo da Política da Criança e do Adolescente da Universidade Federal de Pernambuco (GECRIA-UFPE) e da Rede ECPAT Brasil.



Outubro/2022 Faça Bonito

A Campanha Faça Bonito liderou a criação do Manifesto pela Dignidade da Infância e em repúdio a ações e omissões da autoridade pública diante de violações de direitos das crianças e adolescentes. O documento destaca a violência sofrida por meninas e meninos que já foram e estão sendo vítimas da exploração sexual. Repudia declarações da Presidência da República e clama pelo cumprimento de direitos para que nenhuma criança ou adolescente sofra tal violência.



Outubro/2022 Denúncia

Representadas pela Coalizão, mais de 50 entidades assinaram denúncia contra o então presidente Jair Bolsonaro. O documento, encaminhado à Organização das Nações Unidas (ONU), apontou que o presidente cortou em 90% o orçamento para políticas públicas de combate à violência de gênero no Brasil, assim como relatou a má conduta de Bolsonaro com meninas venezuelanas em situação de vulnerabilidade.





Novembro/2022

Orçamento público

A Coalizão Brasileira elaborou a “Nota Técnica: Cadê a Prevenção às Violências no Orçamento Público?” para mostrar que a violência contra crianças e adolescentes pode ser prevenida e que isso começa pela análise dos investimentos do orçamento público nessa frente.



“Colaboramos com a Coalizão nos aspectos da saúde e na produção de materiais de informação e vídeos educativos sobre a prevenção da violência e de abusos on-line e offline para capacitação profissional e intersetorial.”

Evelyn Eisenstein,
Centro de Estudos Integrados, Infância, Adolescência e Saúde (CEIAS)



Março/2023

Compromisso global

Carta Manifesto endereçada ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania solicitou o engajamento do Estado brasileiro na prevenção e no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e a renovação do compromisso com a Parceria Global para o Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes (*Global Partnership to End Violence Against Children*).



“Participar da Coalizão é extremamente importante pela urgência da proteção infanto-juvenil no país. Esse coletivo aproxima organizações que cotidianamente atuam não só para a discussão sobre essa temática, mas também para que ações de proteção desse público sejam efetivas e concretas.”

Kelly Sousa, Instituto Pe. Vilson Groh



Novembro 2023

Educação domiciliar

Organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, fóruns, associações, redes, coalizões, movimentos sociais e entidades sindicais se uniram contra a aprovação da educação domiciliar. O manifesto ressalta, entre outros fatores, que o home-schooling pode aprofundar ainda mais as desigualdades sociais educacionais, assim como multiplicar os casos de violência e falta de proteção a crianças e adolescentes.



Abril/2023

Escolas mais seguras

Após uma série de casos de violência extrema contra escolas brasileiras, o Instituto Alana e mais 22 instituições da sociedade civil lançaram o manifesto “Virada pelo fim da violência nas escolas” para fortalecer e defender a escola em seu papel central. A iniciativa teve o objetivo de promover ambientes escolares seguros e acolhedores, assim como demonstrar apoio incondicional à comunidade escolar por meio de uma rede nacional de pessoas e instituições contra o discurso de ódio, a desinformação e a cooptação de crianças, adolescentes e jovens por grupos extremistas.



Conscientização e mobilização



Ao longo de 2022 e 2023, a Coalizão se dedicou à comunicação de causas para ampliar a conscientização e mobilizar a sociedade sobre a proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Fato Certo Não Tem Erro (2022)

A campanha Fato Certo Não Tem Erro, apresentada pela Plan International Brasil, visou auxiliar educadores, cuidadores, pais e interessados na promoção do debate sobre identidades de gênero, educação integral em sexualidades e direitos humanos em sala de aula. Seu principal objetivo foi combater a disseminação de informações falsas relacionadas à chamada “ideologia de gênero”, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e baseado em fatos.



Campanha Faça Bonito (2022 e 2023)

Em 2022 e 2023, o 18 de Maio, “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, instituído pela Lei Federal 9.970/00, foi marcado por ações coordenadas pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e pela Rede ECPAT Brasil, em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. As campanhas representaram uma conquista significativa na luta pelos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, alcançando muitos municípios e reforçando o compromisso com a proteção e a defesa dos direitos desse público.

Campanha de Carnaval Faça Bonito (2022 e 2023)

Com o slogan “Pule, brinque e cuide. Unidos pela proteção de crianças e adolescentes”, a campanha abordou principalmente o enfrentamento à violência sexual, com ênfase na exploração sexual de crianças e adolescentes, e o combate ao trabalho infantil. Além disso, apresentou orientações e alertas sobre a prevenção e fiscalização da venda e do uso de álcool por crianças e adolescentes, o estímulo à identificação e notificação rápida do desaparecimento de crianças, e o chamamento pela vacinação de crianças para curtirem a folia de forma segura e protegida.





Apoiar e Proteger (2023)

Em 2023, a campanha “Apoiar e Proteger” foi lançada por um conjunto de organizações, incluindo Instituto Alana, Coalizão Brasileira, Cidade Escola Aprendiz, Plan International, Associação Beneficente Santa Fé, Serenas e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O objetivo da campanha foi **conscientizar a sociedade sobre a importância de se informar e participar do processo de escolha de conselheiros tutelares**, destacando a relevância desses profissionais na defesa dos direitos de crianças e adolescentes em municípios brasileiros.



É Problema

Nosso Sim (2023)

A iniciativa foi resultado da mobilização da Comissão Permanente da Infância e Juventude, do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, e da Comissão da Infância, Juventude e Educação, do Conselho Nacional do Ministério Público, em parceria com a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes. O objetivo foi **disseminar informação segura sobre a importância da educação protetiva na prevenção ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes**, além de orientar como agir diante de uma revelação espontânea de violência. Para isso, em maio, foram divulgados nas redes sociais temas de prevenção, proteção, defesa e educação contra a violência e canais de denúncia.



A Eleição do Ano (2023)

A campanha “A Eleição do Ano” fez história na defesa das crianças e adolescentes ao **impulsionar candidaturas ao Conselho Tutelar comprometidas com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e incentivar a participação popular no processo de escolha**. No dia 1º de outubro, o Brasil registrou um aumento de 25% no comparecimento às urnas. “A Eleição do Ano” foi uma iniciativa de uma coalizão de organizações de direitos humanos para promover o processo de escolha para Conselhos Tutelares em todo o território brasileiro.

EVENTOS

Fortalecimento de ações em campo

No biênio 2022-2023, a Coalizão participou de eventos e encontros que fortaleceram as iniciativas no campo, refletindo seu compromisso com a proteção à infância e adolescência. Além disso, promoveu o diálogo entre diferentes setores e contribuiu para a disseminação de evidências e estratégias de prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes.



“Enfrentar a violência contra crianças e adolescentes exige uma mudança cultural e educação em direitos humanos, que pode transformar relações excludentes e violentas em inclusivas e acolhedoras. Integramos a Coalizão para fortalecer o potencial de advocacy no Executivo e Legislativo. Nossos governantes precisam ser provocados a repensar as políticas públicas.”

Michele Bravos, Instituto Aurora

SET
2022

16º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Participação na mesa de discussão “Violência na infância: Estatísticas, Políticas Públicas e Estratégias de Advocacy”, refletindo sobre a importância da integração de dados e políticas para a efetiva proteção da infância.

OUT
2022

6º Congresso Internacional Sabará – Pensi de Saúde Infantil

Engajamento na discussão de temas relacionados à saúde infantil e prevenção de violências.

ABR
2023

12º Congresso GIFE – “Desafiando estruturas de desigualdades”

Participação na mesa “Filantropia e políticas públicas: pelo fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes”, enfatizando a importância da colaboração entre o setor filantrópico e o público para a garantia dos direitos da infância.



MAI
2023

Seminário Nacional “O Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e seus aspectos contemporâneos”

Organizado em parceria com o Ministério Público do Pará, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e o Conselho Nacional do Ministério Público, o seminário abordou os desafios e avanços no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.



MAI
2023

Seminário Prevenção às Violências – Câmara Municipal de São Paulo

Apresentação de práticas e políticas de prevenção às violências contra crianças e adolescentes.

MAI
2023

Prioridade absoluta: O enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes

Participação em roda de conversa promovida pela Coalizão pela Socioeducação.

MAI
2023

Violência contra crianças e adolescentes no ambiente doméstico

Participação em roda de conversa realizada pela Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, Centro de Apoio Operacional (CAO) Cível da Infância e Juventude e Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial do Ministério Público do Estado de São Paulo.

JUN
2023

17º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Participação na mesa “Como implementar políticas de prevenção à violência contra crianças e adolescentes?”, discutindo estratégias eficazes para a prevenção da violência.



JUN
2023

Webinar Encontro Nacional Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes

Participação na mesa de abertura, discutindo experiências de construção, implementação e monitoramento do plano.



AGO
2023

Bate-papo sobre segurança nas escolas – Alesp

Diálogo na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo sobre a importância da segurança e do ambiente escolar na prevenção da violência.

DEZ
2023

“Estado das Práticas de Programas contra as Violências de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará”

tomando como centro das ações a Secretaria de Proteção Social do Estado. Diagnóstico sobre o planejamento e os mecanismos de governança das políticas públicas e regulatórias, além de programas e iniciativas de organizações da sociedade civil para prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes no Ceará. Realização: Instituto da Infância (IFAN). Parceria técnica: Secretaria do Estado de Proteção Social. Apoio: Fundação José Luiz Egydio Setúbal. Suporte técnico: secretaria executiva da Coalizão.

DEZ
2023

Seminário: “Nossas práticas e as perspectivas para o Inspire no Ceará”

Participação da Secretaria Executiva da Coalizão com palestra formativa sobre INSPIRE – sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças e adolescentes. Realização: Instituto da Infância – IFAN. Apoio: Fundação José Luiz Egydio Setúbal. Cooperação Técnica da Secretaria de Proteção Social do Estado do Ceará.



“Estar na Coalizão e ser Coalizão são instâncias que se complementam para o IFAN. Acreditamos que 2023 foi o marco inicial, com o projeto ‘Estado das Práticas de Programas contra as Violências de Crianças e Adolescentes no Ceará’. Com os resultados, o IFAN quer ter o INSPIRE no Ceará.”

Luzia Torres Gerosa Laffite,
Instituto da Infância (IFAN)





Um compromisso com a disseminação de evidências

Neste biênio, demos continuidade ao nosso compromisso de fortalecer a base de conhecimento sobre práticas eficazes na prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes.

Essas iniciativas demonstram a nossa atuação em promover a disseminação da informação, fomentar o diálogo intersetorial e contribuir para a construção de políticas públicas baseadas em evidências científicas, para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil.

Simpósio – Violências contra Crianças e Adolescentes: Dados, Políticas e Orçamento Público

O evento reuniu especialistas e gestores públicos para discutir a integração de dados, políticas e orçamento público na formulação e implementação de estratégias eficazes para a prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes. Realização: Instituto Galo da Manhã, Fundação José Luiz Egydio Setúbal, Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, Vital Strategies e Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Apoio: Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude da Câmara dos Deputados.



Jornada “Práticas Inovadoras em Prevenção e Resposta às Violências contra Crianças e Adolescentes no Brasil” (22 a 25/10/2022)

Evento on-line que reuniu especialistas, profissionais da área e representantes de organizações para compartilhar experiências, debater desafios e avanços, e fomentar a troca de conhecimentos sobre práticas inovadoras na prevenção e resposta às violências. Realização: Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes. Cofinanciamento: Fundação José Luiz Egydio Setúbal. Produção de conteúdo: Serenas – Garantia de Direitos para Meninas e Mulheres. Apoio: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Dia 01

Dia 02

Dia 03

Dia 04



Webinar – O uso de evidências no orçamento público: desafios e avanços na prevenção às violências contra crianças e adolescentes

Evento sobre a importância das evidências na alocação de recursos públicos, discutindo desafios e avanços na prevenção das violências contra crianças e adolescentes. Realização: Coalizão Brasileira pelas Evidências e Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, Centro Marista de Defesa da Infância e Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania).

Práticas Inovadoras em Prevenção e Resposta às Violências contra Crianças e Adolescentes no Brasil – 2022

Estudo que levantou e analisou práticas inovadoras em todo o território nacional, fornecendo um panorama rico e diversificado de estratégias de prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.



INCIDÊNCIA

Atuação no Congresso Nacional

2022

REQ 16/2022 CE

Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater “Segurança Pública e Educação: Que Caminho Seguir?”

Contexto: Acessório ao PL 708/2015, que estabelece normas gerais sobre segurança escolar

Autores: Ivan Valente (PSOL/SP), Glauber Braga (PSOL/RJ), Sâmia Bomfim (PSOL/SP), Talíria Petrone (PSOL/RJ), Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

Apresentação: 05/05/2022

Situação: Aprovado

Vídeo da sessão de 18/05

REQ 28/2022 CDHM

Ementa: Solicita realização de audiência pública para discutir “A Agenda 227 no Legislativo – Prioridade Absoluta da Infância e Adolescência”

Autor: Orlando Silva (PCdoB/SP)

Apresentação: 16/05/2022

Situação: Aprovado

REQ 27/2022 CSPCCO

Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater sobre Segurança Pública e Primeira Infância, focando na implementação da Lei nº 13.257/2016

Autores: Subtenente Gonzaga (PSD/MG), Leandre (PSD/PR)

Apresentação: 09/06/2022

Situação: Aprovado

Durante o biênio 2022-2023, a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes atuou no Congresso Nacional, participando de discussões e articulações para promover os direitos de crianças e adolescentes.

REQ 57/2022 CLP

Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater “Os Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil: 32 Anos do ECA”, a ser realizada em julho de 2022

Autores: Maria do Rosário (PT/RS), Frei Anastácio Ribeiro (PT/PB), Leonardo Monteiro (PT/MG), Célio Moura (PT/TO), Luiza Erundina (PSOL/SP), Padre João (PT/MG), Talíria Petrone (PSOL/RJ), Erika Kokay (PT/DF)

Apresentação: 13/06/2022

Situação: Aprovado

RIC 560/2022

Ementa: Requer pedido de informação à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Rodrigues Britto, sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes

Resumo: Destaca a Análise Técnica organizada pela Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes

Autor: Orlando Silva (PCdoB/SP)

Apresentação: 02/08/2022

REQ 74/2022 CLP

Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater “A Prevenção à Violência contra Crianças e Adolescentes no Projeto Lei Orçamentária Anual 2023 (PLOA)”

Autores: Erika Kokay (PT/DF), Maria do Rosário (PT/RS)

Apresentação: 03/11/2022

Situação: Aprovado

Vídeo

2023

REQ 127/2023 CSPCCO

Ementa: Requer a realização de Audiência Pública para debater Segurança Pública e Primeira Infância, especificamente a implementação da Lei nº 13.257/2016 pelo Sistema de Segurança Pública

Autor: Osmar Terra (MDB/RS)

Apresentação: 04/05/2023

Situação: Realizado

Vídeo

REQ 174/2023 CDHMIR

Ementa: Requer a realização de Audiência Pública conjunta para debater o orçamento público em relação à infância, com enfoque na prevenção e resposta à violência.

Autores: Sâmia Bomfim (PSOL/SP), Erika Kokay (PT/DF)

Apresentação: 31/08/2023

REQ 50/2023 CPASF

Ementa: Requer Audiência Pública conjunta para debater o orçamento público em relação à infância, com foco na prevenção e resposta à violência.

Autores: Ana Paula Lima (PT/SC), Tadeu Veneri (PT/PR), Laura Carneiro (PSD/RJ), Juliana Cardoso (PT/SP)

Apresentação: 04/09/2023

Audiência realizada em 21/11/2023

Comissões

CE: Comissão de Educação / **CDHMIR:** Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial / **CSPCCO:** Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado / **CLP:** Comissão de Legislação Participativa / **CPASF:** Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família

REQ 68/2023 CLP

Ementa: Requer a realização de seminário conjunto para debater violências contra crianças e adolescentes, abordando dados, políticas e orçamento público.

Autores: Glauber Braga (PSOL/RJ), Sâmia Bomfim (PSOL/SP)

Apresentação: 02/10/2023

Situação: Realizado

REQ 73/2023 CLP

Ementa: Requer a realização de seminário conjunto para debater violências contra crianças e adolescentes, abordando dados, políticas e orçamento público.

Autores: Ana Paula Lima (PT/SC), Ana Pimentel (PT/MG)

Apresentação: 16/10/2023

Situação: Realizado

Situação: Seminário realizado em 31/10/2023

REQ 58/2023 CPASF

Ementa: Requer Audiência Pública conjunta para debater sobre crianças e adolescentes vítimas indiretas do feminicídio em contexto de violência doméstica e familiar.

Autor: Dr. Zacharias Calil (UNIÃO/GO)

Apresentação: 06/10/2023

Situação: Audiência Pública realizada em 29/11/2023

Vídeo

REQ 90/2023 CLP

Ementa: Requer Audiência Pública conjunta para debater o orçamento público dos objetivos e metas para os programas de governo em relação à infância e adolescência, com foco na prevenção e resposta à violência no Plano Plurianual (2024-2027).

Autor: Ana Pimentel (PT/MG)

Apresentação: 21/11/2023

Situação: Aprovado



Ações na legislação orçamentária

Ter um orçamento público para a prevenção às violências é importante, mas não suficiente sem uma execução adequada, se os recursos não chegarem aonde são necessários ou não forem bem utilizados.

No biênio 2022-2023, a Coalizão propôs e articulou emendas à legislação orçamentária para incluir a prevenção e resposta às

violências na camada legal do orçamento público. As emendas de texto visam melhorar a identificação do enfrentamento às violências no orçamento, além de incentivar as agências oficiais de fomento a priorizar, na concessão de empréstimos, empresas que investem em projetos de responsabilidade socioambiental ou atendam mulheres, crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Emendas apresentadas

Sugestões legislativas elaboradas pela Coalizão enviadas aos congressistas, que as apresentaram no Congresso Nacional.

Promoção da prevenção às violências contra crianças e adolescentes (Art. 227 da Constituição Federal; Art. 5 ; Art. 70; Art. 73 Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 e Art. 1 da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017). **Autoria: [Emenda 43010004 – Ana Paula Lima](#) / [Emenda 41300008 – Sâmia Bomfim](#)**

Quando da elaboração de sua proposta do Plano Plurianual – PPA, da lei orçamentária anual e na apresentação dos relatórios de execução orçamentária, fará constar, em Quadro Anexo específico, a consolidação dos valores destinados ao desenvolvimento de ações e programas com foco na prevenção de violência contra criança e adolescente. **Autoria: [Emenda 43010005 – Ana Paula Lima](#) / [Emenda 41300006 – Sâmia Bomfim](#)**

Até 30 de abril de cada exercício, o relatório anual, referente ao exercício anterior, de impacto dos programas destinados à prevenção da violência contra crianças e adolescentes. **Autoria: [Emenda 43010006 – Ana Paula Lima](#) / [Emenda 41300009 – Sâmia Bomfim](#)**

a) que desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental ou de atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. **Autoria: [Emenda 43010007 – Ana Paula Lima](#) / [Emenda 41390008 – Eliziane Gama](#) / [Emenda 41300007 – Sâmia Bomfim](#) / [Emenda 19830004 – Maria do Rosário](#)**

Recursos destinados às despesas relacionadas com crianças e adolescentes, incluída a Primeira Infância, nos termos do artigo 227 da Constituição Federal e o artigo 4º do ECA, o MLPI (Lei 13.257/2016), a ATMPI (Decreto 10.70/2021) e a Portaria ME n. 1.410/2022, serão marcados no orçamento no nível de Plano Orçamentário (P.O). **Autoria: [Emenda 43010008 – Ana Paula Lima](#) / [Emenda 41300005 – Sâmia Bomfim](#) / [Emenda 44020019 – Juliana Cardoso](#)**

Recursos destinados às despesas relacionadas com crianças e adolescentes, nos termos do artigo 227 da Constituição Federal e o artigo 4º do ECA, serão marcados no orçamento no nível de Plano Orçamentário.

Autoria: [Emenda 50120004 – Laura Carneiro](#) / [Com. Const. Justiça e de Cidadania](#)

Emenda recusada

Emendas que depois de apresentadas por congressistas foram recusadas pelo relator e não seguiram para votação.

Quando da elaboração de sua proposta do Plano Plurianual (PPA), da lei orçamentária anual e na apresentação dos relatórios de execução orçamentária, fará constar, em Quadro Anexo específico, a consolidação dos valores destinados ao desenvolvimento de ações e programas com foco na prevenção de violência contra criança e adolescente. **Autoria: [Emenda 43010005 – Ana Paula Lima](#) / [Emenda 41300006 – Sâmia Bomfim](#)**

Emendas vetadas

O veto ocorre quando o Presidente da República discorda de um projeto de lei aprovado pelo Congresso. Ele pode ser político, por contrariar o interesse público; jurídico, por inconstitucionalidade; ou ambos. O veto pode ser total ou parcial, devendo, neste último caso, abranger um artigo, parágrafo, inciso ou alínea por completo.

X – promoção da prevenção às violências contra crianças e adolescentes.

Autoria: [Emenda 43010004 – Ana Paula Lima](#) / [Emenda 41300008 – Sâmia Bomfim](#)

Dispositivo vetado: 01.24.063 – inciso XI da Seção III do Anexo III – promoção da prevenção às violências contra crianças e adolescentes;

Veto Mantido: § 12-A. Recursos destinados às despesas com crianças e adolescentes, nos termos do Art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei nº 8.069, de 1990, serão identificadas na execução por Plano Orçamentário (P.O) específico. **Autoria: [Emenda 43010008 – Ana Paula Lima](#) / [Emenda 41300005 – Sâmia Bomfim](#) / [Emenda 44020019 – Juliana Cardoso](#)**

§ 12-A. Recursos destinados às despesas com crianças e adolescentes, nos termos do Art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei nº 8.069, de 1990, serão identificadas na execução por Plano Orçamentário (P.O) específico. **Autoria: [Emenda 50120004 – Laura Carneiro](#) / [Com. Const. Justiça e de Cidadania](#)**

Dispositivo vetado: 01.24.012 – § 11 do art. 7º – Recursos destinados às despesas com crianças e adolescentes, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei nº 8.069, de 1990, serão identificadas na execução por Plano Orçamentário (P.O) específico.

Emendas alteradas

Emendas cujo texto sugerido pela Coalizão foi modificado pelo relator.

s) Até 30 de abril, o relatório anual de impacto dos programas destinados à prevenção da violência contra crianças e adolescentes referente ao exercício do ano anterior; **Autoria: [Emenda 43010006 – Ana Paula Lima](#) / [Emenda 41300009 – Sâmia Bomfim](#)**



Emendas aprovadas*

Sugestão feita pela Coalizão foi apresentada por congressistas, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

Lei n.º 14.791/2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências

Autoria: Emenda 43010006 – Ana Paula Lima / Emenda 41300009 – Sâmia Bomfim **Texto Proposto pela Coalizão:** Até 30 de abril de cada exercício, o relatório anual, referente ao exercício anterior, de impacto dos programas destinados à prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

s) até 30 de abril, o relatório anual referente ao exercício anterior, relativo à Agenda Transversal e Multissetorial de Crianças e Adolescentes, incluídas as programações orçamentárias destinadas à prevenção da violência e à Primeira Infância. **(Redação dada pela Lei nº 14.855, de 2024)**

Autoria: Emenda 43010007 – Ana Paula Lima / Emenda 41390008 – Eliziane Gama / Emenda 41300007 – Sâmia Bomfim / Emenda 19830004 – Maria do Rosário **Texto Proposto pela Coalizão:** a) que desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental ou de atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

a) que desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental ou de atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência doméstica e familiar;

***Importante:** Além da manutenção dos vetos nos dispositivos mencionados, tivemos também a alteração da Lei nº 14.791/2023, a partir da emenda proposta pela Coalizão. Acompanhe a comparação das redações:

Texto proposto pela Coalizão: “Até 30 de abril de cada exercício, o relatório anual, referente ao exercício anterior, de impacto dos programas destinados à prevenção da violência contra crianças e adolescentes.”

Texto acatado pelo Relator: “Até 30 de abril, o relatório anual de impacto dos programas destinados à prevenção da violência contra crianças e adolescentes referente ao exercício anterior.”

Alteração do texto com Redação dada pela Lei nº 14.855, de 2024: “Até 30 de abril, o relatório anual referente ao exercício anterior, relativo à Agenda Transversal e Multissetorial de Crianças e Adolescentes, incluídas as programações orçamentárias destinadas à prevenção da violência e à Primeira Infância.”

Plano plurianual (PPA 2024-2027)

PLN 28/2023

Para que o Plano Plurianual considerasse a prevenção e resposta às violências na Agenda Transversal Crianças e Adolescentes, a Coalizão enviou sugestões de emendas ao Congresso Nacional. Das quatro emendas relacionadas ao tema apresentadas pelos congressistas, três incluíam sugestões da Coalizão. Depois de ajustes de redação feitos pelo relator, duas das quatro emendas foram parcialmente aprovadas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

PLN 4/2023

A Coalizão realizou articulações tanto no âmbito legislativo quanto executivo, envolvendo senadores, deputados federais, a Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude da Câmara, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) visando o apoio e a aprovação das emendas propostas. Essas emendas da Coalizão contaram ainda com o apoio da Agenda 227 e da Coalizão pela Socioeducação.

Lei Orçamentária Anual (LOA 2024)

PLN 29/2023

Para suplementar recursos em políticas e programas importantes para a ampliação de fatores de proteção e prevenção às violências, a Coalizão enviou sugestões de emendas à LOA ao Congresso Nacional. O processo consistiu na análise do PLN 29/2023 e na elaboração de espelhos de emendas para apoiar os gabinetes na apresentação das propostas. O processo contou com a colaboração de Francisco Sadeck, especialista em orçamento público, da consultoria de advocacy da Coalizão, e das organizações do time Orçamento e Prevenção. Cinco sugestões de emendas foram apresentadas:

- 21BO** | Direitos pluriétnicos-culturais e sociais dos Povos Indígenas
- 21GO** | Promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes
- 21EL** | Gestão, administração e operacionalização do Programa Bolsa Família
- 219G** | Estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- 20GG** | Promoção da inclusão socioeconômica de pessoas em situação de vulnerabilidade

A Coalizão Brasileira apresentou cinco sugestões legislativas, destacando-se uma elaboração conjunta com o UNICEF. Essas sugestões foram direcionadas para fortalecer o orçamento público dedicado à infância e adolescência, com ênfase na prevenção e resposta às violências contra essa população.



APOIO INSTITUCIONAL

Articulação com propósito

Implementar e vigiar o cumprimento das leis faz parte das sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças e adolescentes. Articulamos no Congresso Nacional iniciativas que fomentam atividades de elaboração de políticas públicas e regulatórias baseadas em evidências.

Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente – Apoiamos mandatos que lideram a coordenação da Frente na revisão do seu Estatuto, na **mobilização de congressistas** para garantir as assinaturas necessárias para sua instalação em 2023, e na organização de eventos, como o **1º Fórum Ampliado da Frente Parlamentar**.

Rede Nacional de Frentes Parlamentares da Primeira Infância – Colaboramos com a senadora Teresa Leitão (PT/PE), o deputado federal Zacharias Calil (União/GO) e a deputada estadual Marina Helou (Rede/SP) no documento orientador da Rede, no **levantamento de Frentes, Comissões e Comitês** em Assembleias Legislativas e Câmara Distrital.

Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude – Em 2023, colaboramos com a Secretaria na **articulação e realização de eventos e na análise de matérias legislativas** relativas à prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes.



ADVOCACY

Ações baseadas em evidências

Em julho de 2023, a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência teve sua incidência política referenciada pela relatora Deputada Luísa Canziani (PSD/PR) no Relatório Final adotado pelo Grupo de Trabalho – Política de combate à violência nas escolas brasileiras (GT-ESCOLA), que foi instituído pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

“Fazemos parte da Coalizão por entender que as ações de advocacy podem contribuir para a ampliação da dotação orçamentária de políticas públicas de prevenção das violências contra crianças e adolescentes, materializando assim leis como a Lei Menino Bernardo (13.010/2014) na vida da população brasileira.”

Marcia Oliveira, **Rede Não Bata, Eduque**



“A Coalizão tem sido uma parceira incansável no advocacy para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Em nome na Agenda 227, agradecemos pela parceria em inúmeros momentos, com informações qualificadas. Tivemos uma colaboração muito potente na elaboração das propostas do Plano País.”

Miriam Pragita, **ANDI Comunicação e Direitos**

“Com a experiência das organizações, a Coalizão foca no planejamento, incidência política para levantar a pauta, garantir orçamento. Podemos nos dedicar a nossas atividades com a certeza de que a Coalizão nos representa em espaços importantes.”

Patrícia Almeida, **Eu Me Protejo**



“Além de possibilitar nossos primeiros passos no trabalho de advocacy, a troca e a união com organizações potentes, nossa participação na Coalizão fortalece e amplia o enfrentamento a todas as formas de violência e violações sofridas por crianças e adolescentes.”

Ligia Vezzaro Caravieri, **Ficar de Bem**

“Ao apoiar e participar da Coalizão, aliamos esforços com dezenas de organizações em prol da causa com mais representatividade e robustez, compartilhando os princípios de usar as melhores evidências científicas para maximizar as possibilidades de reduzir as violências contra crianças.”

Márcia Kalvon Woods, **Fundação José Luiz Egydio Setúbal**





COALIZÃO NA IMPRENSA

Presença na mídia

A Coalizão vem registrando um aumento gradual de participações na mídia. Campanhas, ações de advocacy e a participação de porta-voz como especialista conquistaram espaço em veículos como Valor Econômico, Folha de S.Paulo, Nexo, TV Cultura. A presença da Coalizão na mídia chancela o trabalho que vem sendo executado.



“Não lutamos para minimizar a violência, mas para erradicá-la. Lutar nesta causa com tanta gente que admiro é o entusiasmo necessário para comemorarmos as vitórias, mesmo as pequenas, e não desanimarmos nas derrotas.”

Leandro Ziotto, 4daddy



FINANÇAS

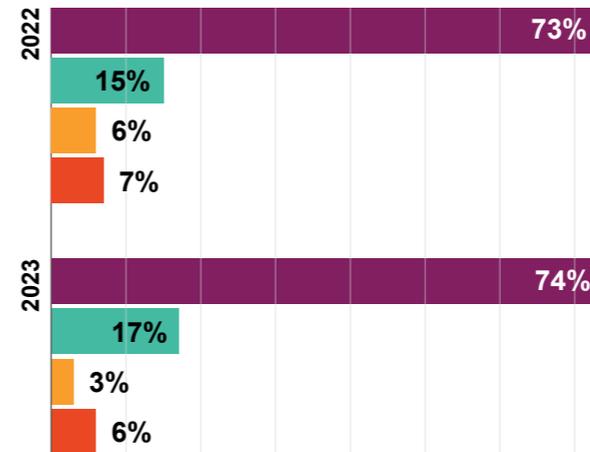
Informações financeiras

Origem dos recursos

2022	2023
R\$ 240.000	R\$ 500.000
	Doações institucionais

Uso dos recursos*

2022	2023
73%	74%
15%	17%
6%	3%
7%	6%
	<u>Prestadores de serviço</u>
	<u>Despesas administrativas</u>
	<u>Comunicação</u>
	<u>Despesas operacionais</u>



* **Prestadores de serviço:** contratos com prestadores de serviço para a secretaria executiva, manutenção de site, social media, consultores especialistas em legislação orçamentária, revisores de conteúdo e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais. **Despesas administrativas:** despesas relacionadas a aluguel, telefonia, internet, contabilidade, tributos e tarifas financeiras. **Comunicação:** impressão de materiais, projetos gráficos e produção de vídeos. **Despesas operacionais:** coffee breaks, passagens e hospedagens.

A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes não capta recursos públicos.



Uma visão de futuro centrada na prevenção

Quando fazemos um balanço da trajetória até aqui e olhamos para o horizonte à frente, reiteramos que a Coalizão permanece comprometida em catalisar articulações inter-redes, fiel à visão INSPIRE de que as violências não podem ser enfrentadas sem considerar a dimensão multicausal. Isso exige uma camada robusta de políticas e programas focados em intervenções que ampliem fatores de proteção, sem deixar de investir em abordagens que potencialmente reduzem fatores de risco, além das políticas de atendimento pós-violatório, ou seja, para vítimas e testemunhas de violência.

Para avançarmos no aprimoramento das políticas de prevenção e resposta, iniciamos a adaptação dos Indicadores INSPIRE para o Brasil, um passo essencial para a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas e regulatórias. Essa iniciativa transnacional é viabilizada por

meio de uma parceria sem repasse de recursos entre a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), e a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, com o apoio técnico da Vital Strategies. Uma vez adaptados ao contexto brasileiro, os indicadores poderão ser integrados ao Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), ampliando as ferramentas disponíveis para informar políticas públicas com dados e evidências.

Outra parceria estratégica para aprimorar os mecanismos de controle externo é o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Coalizão e a Associação dos Tribunais de Contas (Atricon), visando o apoio técnico na realização de uma auditoria nacional sobre o tema de violência contra crianças e adolescentes em todas as unidades da federação durante o ano de 2024.

A territorialização de um modelo de assessoramento técnico em planejamento e gestão intersetorial de políticas de prevenção e resposta às violências é um dos horizontes que devem orientar o próximo ciclo de planejamento da Coalizão. Com a expansão da representação pelo país, os planos de advocacy estaduais favorecerão o desenvolvimento de uma incidência articulada nacionalmente, mas com resultados regionalizados.

Do ponto de vista institucional, incrementos como a **“Política de Relações Institucionais e Governamentais”**, o **“Caderno de Posicionamentos”** e o **“Protocolo e Fluxo de Elaboração, Aprovação e Publicação de Posicionamentos”**, além da **“Política de Salvaguarda”**, constituirão marcos importantes no nosso desenvolvimento, promovendo transparência e integridade ao nosso advocacy.

Nossa missão de potencializar a prevenção e a resposta a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, por meio da indução de políticas públicas baseadas em evidências e da articulação de setores da sociedade, alcançará nova estatura com a construção do **Compromisso Brasileiro pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes**. Essa agenda de convergência congregará esforços nacionais dos três poderes, com ampla participação da sociedade civil.

A **1ª Conferência Ministerial Global sobre o Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes**, que acontecerá em novembro de 2024 em Bogotá, na Colômbia, será um grande impulsionador e uma oportunidade para que o Brasil, como *Pathfinding Country*, renove seu compromisso. O futuro da Coalizão e da agenda de prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes está diretamente relacionado ao engajamento do Brasil na Conferência Ministerial. Seguiremos nosso compromisso de construir, com aliados de todos os setores, sobreviventes de violência, crianças e adolescentes, um país que não se cala diante da violência. Para o futuro, visamos gerações livres de violência e políticas de Estado centradas na prevenção, sem deixar ninguém para trás.





Expediente

Coordenação Colegiada

Avante Educação e Mobilização Social
Deborah Kotek Selistre

Fundação FEAC
Natalia Valente

Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Márcia Kalvon Woods

Instituto Alana
Ana Claudia Cifali

Instituto Galo da Manhã
Bárbara Correia

Instituto Liberta
Cristina Cordeiro

Instituto WCF Brasil (Childhood Brasil)
Eva Dengler

Secretaria Executiva

Secretário Executivo
Lucas José Ramos Lopes

Assessorias e consultorias

ACTA Comunicação Integrada
Cristiane Sampaio

MRF Consultoria LTDA
Matheus Rojja Fernandes

CG Marketing Digital
Anna Cristina Alves Pinto Gusman

Expediente Relatório de Atividades 2022-2023

Coordenação
Lucas José Ramos Lopes

Edição e revisão
Ibirá Comunicação Estratégica
Renata Leal
Viviane Santa Cruz

Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Durães – Design & Lettering



**Coalizão Brasileira
pelo Fim da Violência**
contra Crianças e Adolescentes

www.coalizaobrasileira.org.br

/CoalizaoBrasileira

/Coalizao.Brasileira

/CoalizaoBrasileiraPeloFimDaViolencia